	Ata de Reunião		
	Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE		Data: 16/03/22
	Redatora: Maria Clara Cosmo	Local: Sala 303 SUL - AEPII	Hora Início/Fim: 14:00 às 15:20

Integrantes:
Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho, Juíza Assessora Especial da Presidência II, na qualidade de Presidente;
Juiz de Direito Anderson de Souza Bastos, Juiz Assessor da Corregedoria Geral da Justiça;
Juíza de Direito Junia Dias, 14º Vara de Relações de Consumo;
Juiz de Direito Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira;
Juíza de Direito Júnia Araújo Ribeiro Dias;
Juíza de Direito Carla Carneiro Teixeira Ceará;
Juíza de Direito Bárbara Correia de Araújo Bastos;
Franco Bahia Karaoglan Mendes Borges Lima, Secretário Geral da Presidência;
Ricardo Neri Franco, Secretário de Tecnologia da Informação e Modernização;
Marcos Vinicio Brasil Alcântara, Secretário Judiciário;
Alexsandro Santos, Diretor de Planejamento Estratégico;
Manoel Lima, Diretor de Modernização;
Viviane de Anunciação Souza, Diretora de Primeiro Grau;
Anderson Chaves, servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização;
Gil Braga de Castro Silva, Defensor Público DPE/BA;
Marcos Alcântara, SEJUD;
Liz Oliveira Souza, Assessora da Secretaria Judiciária;
Fabício Rabelo Patury, Promotor de Justiça, representante do MP/BA;
Daniel Cersosimo, representante do COGI/MPBA;
Gil Braga de Castro Silva, Defensor Público, representante da DPE/BA;
Tamírde Monteiro Leite, Advogada, representante da OAB/BA;
José Carlos Coelho Wasconcellos, Procurador do Estado da Bahia, representante da PGE/BA;
Anderson Souza Barroso, Procurador do Município de Salvador, representante da PGMS/BA;

DESENVOLVIMENTO DA PAUTA


Aos 16 dias do mês de março do ano de 2022, às quatorze horas, reuniram-se, em formato híbrido, presencial e virtualmente, na sala da reuniões da AEP II deste Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, os membros do Comitê Gestor do PJE, designados por meio do Decreto Judiciário nº. 182/2022, conforme registro fotográfico anexo, para discussão dos pontos de pauta abaixo delineados.

Iniciada a reunião, a Juíza Assessora Especial da Presidência II – Assuntos Institucionais, Rita de Cássia Ramos de Carvalho, cumprimentou todos os novos integrantes do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, passando a deliberar sobre os itens de pauta vistos a seguir.

1. Apresentação dos membros integrantes do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico - PJE;

Com a palavra, inicialmente, a Magistrada Rita de Cássia Ramos de Carvalho, realizou as introduções iniciais, na qualidade de Juíza Assessora Especial da Presidência II e Presidente do aludido Comitê, registrando que, considerando a publicação do Decreto Judiciário n. 182, de 25 de fevereiro de 2022, que alterou a composição do Comitê Gestor do PJE, a presente reunião disponha do objetivo de apresentação dos novos membros integrantes, bem como a exposição de eventuais dificuldades encontradas no sistema e sugestões de melhorias a serem realizadas.

Franqueada a palavra aos integrantes do Comitê para que fosse realizada a apresentação individual de cada membro, o Juiz de Direito Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira, Titular do 2º Juízo da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Salvador, registrou sua estima em fazer parte do grupo, colocando-se à disposição dos trabalhos.

	Ata de Reunião	
	Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE	Data: 16/03/22
	Redatora: Maria Clara Cosmo	Local: Sala 303 SUL - AEPII
		Hora Início/Fim: 14:00 às 15:20

O Procurador do Município de Salvador, Anderson Souza Barroso, salientou a importância da evolução do sistema PJE, com o desiderato de se tornar um sistema ainda mais funcional para atender a todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado da Bahia, a fim de melhorar a prestação dos serviços aos jurisdicionados.

Na sequência, a Juíza de Direito Carla Carneiro Teixeira Ceará, Titular da 15ª Vara de Relações de Consumo da Comarca de Salvador, se apresentou e, de logo, pontuou a importância do aprimoramento do Sistema PJe, haja vista a ocorrência de instabilidades, bem como problemas relacionados à intimação nos autos dos processos.

O Defensor Público Gil Braga de Castro Silva registrou a importância do presente Comitê, informando, ainda, a ocorrência de problema relacionado à duplicidade de intimações, oportunidade na qual a Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização do Tribunal registrou já ter ciência da situação reportada, de modo que a equipe está trabalhando nesse sentido.

A Magistrada Júnia Araújo Ribeiro Dias, Titular da 14ª Vara de Relações de Consumo, integrante do 3º Cartório Integrado, registrou a honra de participar do presente Comitê desde o ano de 2020, se colocando a disposição para contribuir com os trabalhos, a fim de tornar o sistema PJe mais célere e eficaz para os usuários internos externos.

O Procurador do Estado, José Carlos Coelho Wasconcellos, saudou todos os membros, informando integrar o presente Comitê desde o ano de 2019. Acrescentou registrando a questão da situação transitória da tramitação dos recursos internos em numeração específica, a partir da autorização proferida Conselho Nacional de Justiça, também de forma transitória.

Informou a necessidade de atribuir a situação uma decisão definitiva, isto é, os recursos internos continuarão tramitando com numerações próprias, em autos digitais apartados, ou se essa será uma situação temporária, a qual prevê a necessidade de estabelecer um marco final.

Registrou, ainda, que em momento oportuno a questão será reportada de forma mais específica para o Comitê Gestor, colocando-se à disposição para os trabalhos.


Daniel Cersosimo, servidor do COGI/MPBA, apresentou-se e pontuou que o trabalho desenvolvido será continuado, de modo que reuniões possam se tornar mais frequentes a fim de solver, de forma mais célere, as demandas pontuadas.

Dando prosseguimento, o Juiz de Direito Anderson Bastos, na qualidade de Juiz Assessor da Corregedoria Geral de Justiça, informou sua pretérita participação no Comitê, destacando a grande importância do mesmo, haja vista se tratar de mais um canal de interlocução com os órgãos externos.

A Diretora de Primeiro Grau, Viviane da Anunciação Souza, se apresentou e registrou que a Diretoria de Primeiro Grau encontra-se à disposição para contribuir com os trabalhos do Comitê.

Com a palavra, o Secretário Judiciário, Marcos Alcântara, registrou que, embora não participe do Comitê, pois está representado formalmente por Liz, sua Assessora, a sua presença se faz em razão da necessidade de tomar conhecimento das situações que são reportadas para melhor sanar as dificuldades encontradas, colocando-se à disposição para os trabalhos.

Dando prosseguimento, o Secretário de Tecnologia da Informação e Modernização, Ricardo Neri Franco, registrou sua recente assunção ao cargo de secretário, na gestão do Presidente Des. Nilson Castelo Branco, informando a necessidade se estreitar relação com os órgãos externos, com o escopo de tornar o PJe um sistema fluido, efetivo e célere, na prestação jurisdicional.

	Ata de Reunião		
	Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE		Data: 16/03/22
	Redatora: Maria Clara Cosmo	Local: Sala 303 SUL - AEP II	Hora Início/Fim: 14:00 às 15:20

Frisou a importância da melhoria dos canais de comunicação com os órgãos externos, a fim de que as demandas sejam recebidas de forma compilada, para que possam ser registradas em base de dados e trabalhar na sua priorização.

Informou que o Sistema de Service Desk está passando por uma reestruturação, com o objetivo de melhor atender aos usuários. Acrescentou, ainda, que, eventualmente, poderá haver a necessidade de reunião direta com os Órgãos Externos a respeito de demandas específicas do sistema.

Com a palavra, Manoel Lima, Diretor de Modernização, registrou sua atuação no âmbito da Coordenação dos Sistemas Judiciais, noticiando a existência de dois grupos de trabalho para tratar da revisão do sistema de chamados e para trabalhar em torno da estabilização do PJE, a fim de melhorar a qualidade final do atendimento.

Na sequência, Anderson Chaves, da SETIM, registrou que a Equipe da SETIM sempre está atenta às demandas dos usuários externos, colocando-se a inteira disposição.

Franqueada a palavra ao Diretor de Planejamento Estratégico, Alexsandro Santos, registrou a impossibilidade de comparecimento do Secretário de Planejamento, Pedro Vivas, em razão de outro compromisso, mas, na oportunidade, destacou a importância da ferramenta, colocando a Secretaria de Planejamento e Orçamento à disposição dos trabalhos.

A Magistrada Bárbara Bastos, Titular da 4ª Vara de Família, integrante do Comitê, registrou que o sistema é um facilitador das demandas processuais, que gera uma maior celeridade, onde a atual necessidade de aperfeiçoamento do sistema, tendo em vista que o mesmo agrega, de forma valorosa, a prestação jurisdicional.

O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, registrou a satisfação em integrar o Comitê, e destacou a missão, concedida pelo Presidente, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, de fazer um diagnóstico mais profundo da real situação do sistema PJe.

Adicionou que todos estão voltados em promover melhorias no sistema, de modo que há a busca efetiva das soluções das raízes dos problemas.


Registrou, ainda, que os trabalhos estão, primordialmente, direcionados para a estabilização do PJe, de forma definitiva, e após, serão tratados, de forma mais detalhada, os aspectos de desenvolvimento e melhoria de fluxo.

Por fim, noticiou que o Presidente, Desembargador Nilson Soares Castelo Branco, recebeu os representantes dos Órgãos Externos, registrando que o Poder Judiciário do Estado da Bahia, está envidando esforços, em conjunto com todos Órgãos, Associações, Entidades de Classe, entre outros, para focar na estabilização do sistema e no tratamento definitivo de equívocos recorrentes.

O Promotor de Justiça, Fabrício Patury, cumprimentou os presentes e registrou que Coordena a COGI do Ministério Público, colocando-se à inteira disposição para os trabalhos.

2. Concessão de oportunidade aos representantes das Instituições - MP/BA, DPE/BA, PGE/BA, PGMS e OAB/BA - de pronunciarem as dificuldades encontradas no Sistema de Processo Eletrônico Judicial, bem como eventuais sugestões de melhorias.

Finalizada a apresentação dos membros integrantes do Comitê, a Juíza Assessora Especial da Presidência, Rita Ramos,

	Ata de Reunião	
	Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE	Data: 16/03/22
	Redatora: Maria Clara Cosmo	Local: Sala 303 SUL - AEPII

registrou a importância do presente agrupamento como meio de interlocução com os Órgãos Externos, e no ensejo, frisou que as demandas atinentes ao grupo poderão ser encaminhados o e-mail do Comitê, a ser disponibilizado em conjunto com a ata.

Com a palavra, Ricardo Neri sugeriu o encaminhamento de resumo compilado das demandas em andamento de cada órgão, especialmente, àquelas mais relevantes, o que poderá, inclusive, ensejar reuniões específicas com o escopo de discutir soluções em conjunto.

Acrescentou informando que o endereço eletrônico do Comitê, será o meio pelo qual serão encaminhadas as demandas de cada órgão, para que na próxima reunião do Comitê seja apresentado um feedback quanto as situações reportadas.

Na oportunidade, o Secretário de Tecnologia, noticiou a realização de força tarefa para a migração do PJe para a versão 2.2, de modo que o tribunal já iniciou as tratativas para ingressar na Plataforma Digital do Poder Judiciário, o que será de enorme valia para os usuários.

Franqueada a palavra a Magistrada Carla Ceará, registrou recente instabilidade no sistema, o que posteriormente, fora verificado um avanço na sua estabilização. Adicionou questionando a respeito da existência de editor de texto melhorado na nova versão do sistema.

Em resposta, a equipe da SETIM, registrou que com relação à instabilidade, foi adotada medida de infraestrutura de rede interna, de modo a melhorar a estabilidade do sistema. A respeito do editor de texto, a Equipe da SETIM informou que a versão 2.2. do PJe contempla um editor de texto melhorado e mais moderno, na categoria “novas funcionalidades”, mas haverá necessidade de fase de testes para o editor, inclusive com os usuários externos, haja vista que ele irá contemplar mais funcionalidades do que o atual.

A respeito da atualização para a versão 2.2, o Promotor de Justiça, Fabrício Patury, ponderou a preocupação acerca do *modus operandi* dessa atualização, sugerindo a realização de ambientes testes efetivos, com correspondência da versão original que será implantada, inclusive, no que tange aos testes atinentes ao MNI.


Adicionou registrando que na referida atualização, quanto mais for programado, treinado e ensaiado, causará menos impactos posteriores, solicitando, que quando da alteração, os órgãos externos sejam comunicados de quais serão as mudanças efetivas no cenário de integração e disponibilização de ambientes testes efetivo, antes de colocar em produção.

Em resposta, o Secretário de Tecnologia informou que serão adotadas as providências necessárias para disponibilizar ambientes testes, de modo que no presente ano, serão adotados ambientes de homologação do sistema no âmbito do próprio tribunal de justiça.

Em complementação, Anderson registrou que a atual proposta perpassa por levantar toda a alteração que será realizada e documentar, de modo que o produto que será colocado para homologação, será o que, de fato, deverá seguir para produção.

Por fim, o promotor requereu que, tão logo haja uma previsão de cronograma de mudança de versão, sejam comunicados previamente às equipes técnicas de cada órgão.

O Procurador do Município, Anderson Barroso, comungou de todas as considerações realizadas pelo representante do Ministério Público, reiterando o pleito de que haja uma comunicação prévia a respeito da atualização da versão, com disponibilização dos ambientes testes, a fim de não haver futuras situações desconfortáveis.

	Ata de Reunião	
	Comitê Gestor do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE	Data: 16/03/22
	Redatora: Maria Clara Cosmo	Local: Sala 303 SUL - AEPII
		Hora Início/Fim: 14:00 às 15:20

Na oportunidade, a Magistrada Carla Ceará, ressaltou a importância dos usuários internos vivenciarem essa experiência laboratorial na versão 2.2 antes ser posta em prática.

Em resposta, a Equipe de Tecnologia da Informação e Modernização se comprometeu em estudar qualquer possível alteração no MNI, onde será documentado de forma técnica, e submetido com a devida antecedência aos órgãos externos, para que as equipes técnicas adotem as providências necessárias.

Adicionou registrando que o objetivo é justamente reforçar os ambientes de testes, com participação de todos os usuários envolvidos, para que se possa validar o ciclo completo, analisando todas as alternativas de fluxo.

Restou consolidado que os Órgãos Externos poderão encaminhar, até a data limite de 30 de março de 2022, ao e-mail do Comitê, as sugestões de melhorias e demandas técnicas em andamentos para análise e verificação pela Secretaria de Tecnologia.

Por oportuno, a Juíza Assessora da Presidência noticiou a instituição do Grupo Gestor da Plataforma Digital do Poder Judiciário, por meio do Decreto Judiciário n. 193/2022, cujos membros foram designados através do DJ 245/2022.

3. O que ocorrer;

Franqueada a palavra ao Procurador do Município, Anderson Barroso, registrou haver uma demanda atinente aos órgãos externos atinente à criptografia das intimações, tendo em vista que quando as intimações são criptografadas, há uma grande dificuldade na leitura da intimação e distribuição do ato.

No ensejo, o Secretário de Tecnologia da Informação e Modernização informou a existência de expediente da Procuradoria Geral do Estado acerca do tema, e registrou que já foram realizados estudos a respeito, onde já há uma solução desenvolvida pela equipe.

Informou que é a partir da ciência que se poderá disponibilizar o teor do ato, de modo que já existe uma solução desenhada para validação interna, tendo em vista que a idéia é que quando o robô realize a leitura, passe a disponibilizar o teor do documento.

O Procurador do Estado informou que se a ciência, via sistema, permitir a disponibilização do teor do documento, a solução reportada pelo Secretário atenderá aos anseios das Procuradorias.

Por fim, restou definido que a aproxima reunião do Comitê realizar-se-á no dia 19 de abril de 2022, às 14:00 horas.

Nada mais havendo a registrar, foi dada por encerrada a reunião, determinando-se que fosse lavrada a ata, devendo esta ser encaminhada, por e-mail, a todos os integrantes.

Assim sendo, eu, Maria Clara, lavrei a presente ata.